

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.877 - RJ (2019/0189175-3)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852**
: **BIANCA FURTADO ROGERIO DE MEDEIROS - RJ174551**
AGRAVADO : **VALDEVIR LOPES FREIRE**
ADVOGADO : **MARIA FRANCISCA MOURA DO NASCIMENTO - RJ092390**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. TARIFA DE ESGOTO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER ETAPA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão assim ementado:

Apelação Cível. Relação de Consumo. CEDAE. Tarifa de esgoto. Ação declaratória de inexigibilidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Sentença de improcedência. Irresignação da parte autora. 1. Alegação de inexistência de serviço de coleta e tratamento de esgoto. É inadmissível a cobrança integral da tarifa de esgotamento sanitário sem a devida contraprestação, tendo em vista a sua natureza de preço público. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. No caso dos autos não existe nenhum serviço prestado ao autor relativamente ao esgotamento sanitário. Perícia conclusiva. Efluentes do esgoto sanitário da parte autora que são lançados diretamente na galeria de águas pluviais, sem nenhum tipo de tratamento. Não havendo prestação do serviço em qualquer de suas etapas, inexistente fato gerador para cobrança de tarifa a título de prestação de serviço de esgotamento sanitário. Precedentes do TJRJ. Declaração de ilegalidade da cobrança e inexistência de obrigação. 2. Pleito de devolução dos valores pagos pelo autor que não se aprecia, porquanto não há qualquer pedido nesse sentido na petição inicial. Pedido que não foi formulado no momento da propositura da demanda, somente sendo feito quando da interposição do presente recurso de apelação. Afronta aos princípios da estabilização da demanda e da congruência recursal. Precedentes desta Corte. 3. Parte ré que deverá arcar com as custas e honorários advocatícios. Artigo 20 do CPC. 4. Reforma da sentença, para julgar procedentes os pedidos formulados na petição inicial. DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

Nas razões do recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta violação ao arts. 3º, da Lei nº 11.445/2007 e 9º, do Decreto 7217/2010, sob o argumento de que o acórdão recorrido está desprovido de

Superior Tribunal de Justiça

fundamentação e que o entendimento adotado pelo Tribunal de origem diverge do julgamento do STJ em recurso repetitivo nº 1.339.313/RJ, o qual foi no sentido de ser lícita e devida a cobrança da tarifa de esgoto independentemente do respectivo tratamento total dos resíduos.

Em juízo de retratação, o Tribunal de origem manteve o entendimento do acórdão recorrido.

Às fls. 362/376 e 387/401 (e-STJ), a recorrente ratificou todos os termos do recurso especial.

A inadmissão do recurso especial se fez à consideração de que incide o óbice da Súmula 7/STJ porquanto o acórdão recorrido não reconheceu qualquer das fases do serviço de esgotamento e, admitir entendimento contrário, dependeria da apreciação do contexto fático-probatório.

Nas razões de agravo, postula o processamento do recurso especial, haja vista ter cumprido todos os requisitos necessários à sua admissão.

Decisão de redistribuição do feito às fls. 462/463 (e-STJ).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Presentes os pressupostos para conhecimento do agravo, passo à análise do especial.

A pretensão não merece acolhida.

A discussão travada no presente recurso gira em torno da possibilidade de cobrança integral de tarifa de esgoto nos casos em que a concessionária não promove o tratamento sanitário dos dejetos.

O Tribunal *a quo*, soberano na análise dos elementos probatórios dos autos, expressamente consignou no acórdão recorrido em juízo de retratação, que inexistem quaisquer das etapas do esgotamento sanitário a justificar a cobrança do serviço (e-STJ fls. 353/355), *verbis*;

(...)

No caso dos autos, esta Câmara fixou o entendimento de que nas hipóteses de ausência total da prestação do serviço de esgotamento sanitário pela CEDAE, mostra-se incabível a cobrança da tarifa correspondente. Confirma-se, nesse ponto, a ementa do julgado de indexador 280:

Apelação Cível. Relação de Consumo. CEDAE. Tarifa de esgoto. Ação declaratória de inexigibilidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Sentença de improcedência. Irresignação da parte autora. 1. Alegação de inexistência de serviço de coleta e tratamento de esgoto. É inadmissível a cobrança integral da tarifa de esgotamento sanitário sem a devida contraprestação, tendo em vista a sua natureza de preço público. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. No caso dos autos não existe nenhum serviço prestado ao autor relativamente ao esgotamento sanitário. Perícia conclusiva. Efluentes do esgoto sanitário da parte autora que são lançados diretamente na galeria de águas pluviais, sem nenhum tipo de

Superior Tribunal de Justiça

tratamento. Não havendo prestação do serviço em qualquer de suas etapas, inexistente fato gerador para cobrança de tarifa a título de prestação de serviço de esgotamento sanitário. Precedentes do TJRJ. Declaração de ilegalidade da cobrança e inexistência de obrigação. 2. Pleito de devolução dos valores pagos pelo autor que não se aprecia, porquanto não há qualquer pedido nesse sentido na petição inicial. Pedido que não foi formulado no momento da propositura da demanda, somente sendo feito quando da interposição do presente recurso de apelação. Afronta aos princípios da estabilização da demanda e da congruência recursal. Precedentes desta Corte. 3. Parte ré que deverá arcar com as custas e honorários advocatícios. Artigo 20 do CPC. 4. Reforma da sentença, para julgar procedentes os pedidos formulados na petição inicial. DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

Portanto, trata-se de caso distinto daquele analisado no recurso repetitivo (tema 565).

Sobre o tema, traz-se à colação os seguintes julgados deste Tribunal de Justiça que, em análise de pertinência do juízo de retratação (art. 1.030, II, do CPC/2015), mantiveram o entendimento no sentido de que a inexistência de qualquer etapa na prestação do serviço de esgoto sanitário não autoriza a cobrança da tarifa correspondente:

(...)

Desse modo, não há divergência entre o acórdão de indexador 280 e o recurso paradigma do Superior Tribunal de Justiça, estampado no tema 565, pois no presente caso concreto esta Câmara concluiu que inexistente a prestação do serviço de esgoto em sua totalidade, isto é, não estão presentes quaisquer das etapas do esgotamento sanitário.

Assim, para concluir em sentido contrário, ou seja, de que a recorrente presta alguma etapa relativa ao tratamento de esgoto que permitisse a cobrança da tarifa de esgoto conforme a tese firmada no Recurso Repetitivo nº 1.339.313/RJ, seria necessário o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator